

As terras de quilombos

são territórios étnico-raciais com ocupação coletiva baseada na ancestralidade, no parentesco e em tradições culturais próprias. Elas expressam a resistência a diferentes formas de dominação e a sua regularização fundiária está garantida pela Constituição Federal de 1988.

O Decreto 4.887/2003 define que o INCRA é o órgão federal responsável pela titulação dos quilombos, com competência concorrente do Distrito Federal, estados e municípios. Para fins de regularização fundiária, o INCRA elabora Relatórios Técnicos de Identificação e Delimitação (RTID) que reúnem informações fundiárias e cadastrais das famílias, bem como a caracterização antropológica, histórica, econômica e ambiental da área quilombola. Esse trabalho tem gerado um grande acervo de dados, registrando de maneira inédita um arcabouço de manifestações e características dos quilombos nos períodos escravocrata e pós-escravocrata.

O objetivo da parceria entre INCRA, NEAD (SEAD) e UFMG é sistematizar e dar publicidade às informações contidas nos RTIDs, em muitos casos ignoradas pela historiografia oficial. Esse material, registrado no âmbito dos processos administrativos do INCRA, foi transposto para uma linguagem acessível, com o apoio de diversos colaboradores, destacando-se os autores das etnografias dos RTIDs. Os livretos trazem também depoimentos dos próprios quilombolas. Eles testemunham a continuidade de uma luta fortalecida pela esperança de que o conhecimento de sua história garanta finalmente a compreensão da legitimidade de seu pleito pela titulação.

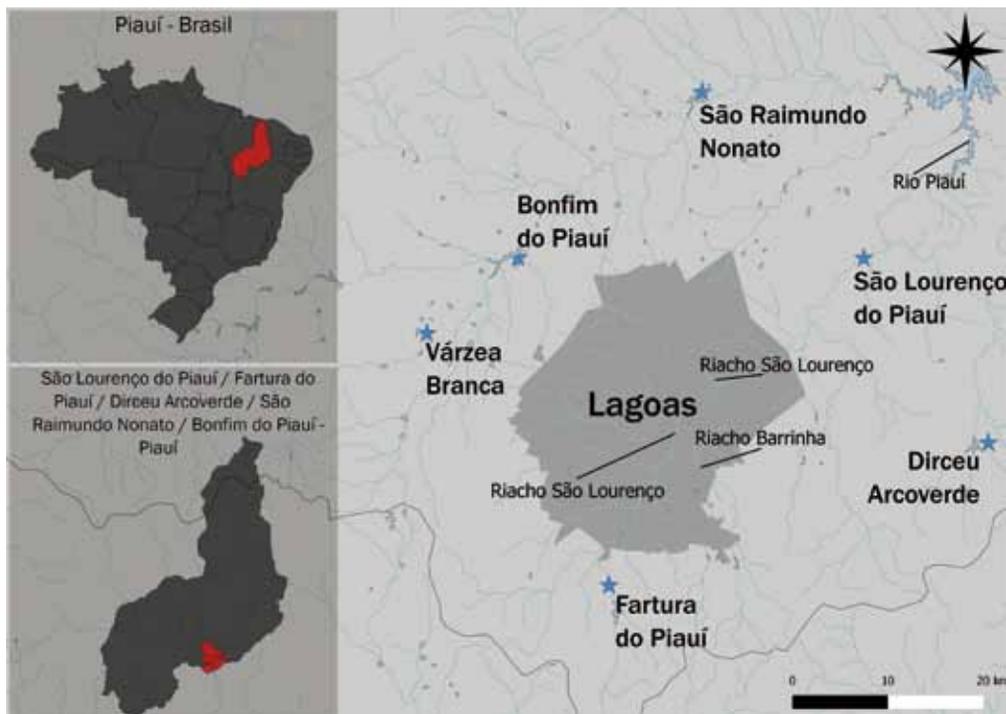
A publicação dos livretos visa, assim, a contribuir para o reconhecimento das comunidades quilombolas, estimulando a difusão de informações qualificadas sobre elas. Reunidas nesta Coleção, as histórias de resistência quilombola agora podem ser conhecidas mutuamente pelos quilombolas das diversas regiões do país. Espera-se também que este material forneça a gestores públicos, educadores, pesquisadores e demais interessados informações acessíveis sobre essas comunidades.



Comunidade Quilombola Lagoas

A Comunidade Quilombola Lagoas é uma das maiores do país. É o quarto território em extensão e em número de famílias. É formada por mais de 100 pequenas comunidades distribuídas em um território de 62.365,8 hectares que abrange seis municípios na bacia do Rio Piauí, sudoeste do estado: São Raimundo Nonato, Fartura do Piauí, Várzea Branca, São Lourenço do Piauí, Dirceu Arcoverde e Bonfim do Piauí.

A colonização do Piauí teve início na segunda metade do século 17, a partir de concessões de imensas áreas de terras, chamadas de sesmarias, pela coroa portuguesa. Em contrapartida, os sesmeiros deveriam instalar fazendas de gado, estratégia de Portugal para dominar o território que hoje constitui o estado do Piauí. Assim,



a partir da década de 1670, várias fazendas pecuaristas foram fundadas na região, inclusive na bacia do Rio Piauí.

Em geral, as fazendas não eram administradas por seus proprietários e sim por arrendatários ou vaqueiros. **A mão de obra escrava sustentava a manutenção desses latifúndios.**

Depois que o primeiro sesmeiro faleceu, em 1711, as fazendas instaladas no entorno do Rio Piauí passaram a ser administradas pelos Jesuítas. Por volta de 1760 os Jesuítas foram expulsos do Brasil e as fazendas foram convertidas em bens da administração colonial. Após a proclamação da Independência, em 1822, as fazendas passaram a ser patrimônio do governo imperial e, em 1889, quando foi instituída a República, ficaram em poder da União, que arrendou ou vendeu parte delas. A atividade pecuarista no Piauí continuou sendo a principal atividade econômica do estado até meados do século 19.

No processo de colonização da bacia do Rio Piauí, muitos grupos indígenas foram assassinados ou expulsos. No território quilombola de Lagoas há vários vestígios arqueológicos deixados pelos povos indígenas que viveram ali.

A origem da Comunidade Quilombola Lagoas se deu neste contexto histórico do Piauí. O território quilombola compôs no passado diferentes Datas (que são frações de Sesmarias) fundadas no período colonial: São Victor, Sítio da Aldeia, Conceição, Dois Irmãos, Barrinha, Serra Velha e Fazenda Nova. **Da Data São Victor – conhecida como Fazenda São Victor – partiu o maior número de ancestrais escravizados que ocuparam outras áreas do território quilombola de Lagoas.**

Alguns dos escravos da Fazenda São Victor viviam na Senzala e outros em casas construídas pelos negros nas proximidades da Casa Grande. **No entorno da sede da fazenda se formou, assim, o povoado mais antigo do Quilombo Lagoas: a comunidade São Victor.**

Quando os escravos chegaram à região para trabalhar nas fazendas de gado, ainda havia ali alguns grupos indígenas, em especial, os Pimenteira. **No processo de povoamento do território quilombola, laços de parentesco foram fundados entre negros e indígenas.**

Eu também sou descendente de negro e índio. Minha bisavó foi pega a dente de cachorro e minha bisavó por parte de minha mãe era negra, de forma que sou também desse povo (H.N., 76 anos, Lagoa de São Victor).

O grupo também acolheu pessoas brancas em sua rede de parentesco: famílias de vaqueiros e parentes empobrecidos de fazendeiros.

Vaqueiros e agregados

Em 1888 a escravidão foi formalmente extinta e a partir de então várias comunidades se formaram no território quilombola. Apesar da Abolição, nenhuma política pública foi desenvolvida para acolher os negros na sociedade brasileira e muitos permaneceram em condições semelhantes às aquelas vividas durante o período escravocrata.

Como alternativa de sustento, muitos dos antepassados dos quilombolas de Lagoas permaneceram nas fazendas onde foram escravizados. Alguns receberam a proposta do proprietário para trabalhar como vaqueiro e eram remunerados com alguns bezerros. Outros, em troca de um pedaço de terra para viver, dedicavam alguns dias de trabalho ao fazendeiro ou entregavam parte de sua produção familiar ou as duas coisas.

As terras aqui eram dos grandes, esse pessoal que tinha mais condições. Eles pegavam uma glebona grandona do jeito que eles bem queriam, faziam os quadros e botavam só quem eles queriam. A hora que eles não queriam um agregado botava pra fora sem direito, sem nada! O agregado não tinha direito de derrubar uma rocinha para plantar uma mandioca sem o consentimento do fazendeiro. Tinha uns que deixavam, já outros não deixavam. Só era pra trabalhar para os donos. (M., 72 anos - Boi Morto)

Ao longo do tempo, cada um dos lugares fundados por ex-escravizados se tornou um povoado formado por famílias ligadas por laços de parentesco. Esses povoados deram origem à maior parte das comunidades do quilombo.

A profissão de vaqueiro, presente desde a origem de muitas povoações do território, é uma das referências identitárias dos quilombolas de Lagoas.

Durante parte do período escravocrata e após a Abolição, a Fazenda São Victor foi propriedade do Coronel Piauilino Macedo. Após sua morte e partilha das terras entre os herdeiros, a dispersão dos moradores pelo território quilombola se intensificou, tendo como base a nova condição de agregados.

Com a morte dele, Coronel Piauilino, [os negros] foram se dispersando para Moisés, pra Emas, Boi Morto, pra Lagoa Grande e, finalmente, formaram aí as aldeias só de pretos. (H., São Victor)

A relação de agrego, entretanto, perpetuava condições de exploração dos negros pelos fazendeiros. Buscando conquistar a autonomia e superar a condição de agregado, muitas famílias fizeram acordos com os proprietários e compraram a crédito o pedaço de terra onde viviam. A dívida – quitada no decorrer de vários anos – era paga com parte da produção agrícola anual da família e com a criação de animais de pequeno porte.

(...) meu pai trabalhava numas rocinhas era pouca. Terreno de agregado o povo não aceitava a gente trabalhar assim a vontade. Era de agregado. (...) [Meu pai] Não podia fazer assim as vontades dele, por isso era a vontade do meu pai sair de lá. (M. P., 59 anos)

Com o crescimento do número de moradores, aos poucos outros espaços das fazendas foram sendo ocupados, formando várias das mais de 100 comunidades do quilombo.

O cativoiro

Os quilombolas de Lagoas compartilham referências internas de uma origem comum que remetem aos negros cativos na Fazenda São Victor. Entretanto, na concepção dos quilombolas de Lagoas, o cativoiro não finda com a abolição da escravidão em 1888 e se estende até os dias atuais. Para eles, o

cativeiro se refere a situações de desigualdade social como a exploração dos pobres pelos ricos e a concentração de terras entre poucos, enquanto falta terra aos quilombolas.

O povo tinha saído do cativeiro, mais depois era cativo porque tinha que ficar arruando os ricos. Era aonde achava um dia de serviço... (A. P. M., Barreiro da Pedra)

Cativeiro é a gente não ter condições e os ricos botarem a gente pra trabalhar até morrer pra eles (...) (M.J.F.S., 61 anos, Caraíbas)

Lagoas

O território quilombola está inserido na região semiárida do país e no bioma caatinga, caracterizada pela escassez de chuvas e altas temperaturas. **A distribuição espacial das várias comunidades do quilombo se deu preferencialmente em torno de pequenas aguadas**, que são áreas baixas formadas naturalmente ou aprofundadas por escavação, que acumulam água no período chuvoso. As aguadas e as lagoas naturais são importantes fontes de água para a população e seus animais.

Uma rica nomeação local das comunidades enfatiza a centralidade dessas fontes de água, e também inclui nomes de animais e outras características da paisagem:

Lagoa Grande, Lagoa do Calango, Lagoa dos Bois, Lagoa de São Victor, Lagoa de Dentro, Lagoa dos Canudos, Lagoa da Gameleira, Lagoa do Angico, Lagoa do Serrote, Lagoa do Umbuzeiro, Lagoa dos Queixadas, Lagoa da Gameleira, Lagoa do Travessão, Lagoa dos Meninos, Lagoa do Mulungu, Lagoa do Cipó, Lagoa do Mocó, Lagoa da Pedra, Lagoa do Jacaré, Lagoa do Riacho, Lagoa dos Currais, Lagoa dos Prazeres, Lagoa Rasa, Lagoa das Caraíbas, Lagoa das Cascas, Lagoa da Vaca, Lagoa dos Tobões, Lagoa do Amaro, Lagoa do Capim, Lagoa dos Porcos, Lagoa do Pompilho, Lagoa da Gangorra, Lagoa da Taboa, Lagoa dos Torrões, Lagoa do Germano, Lagoa das Emas, Lagoa do Encanto, Lagoa do Mel, Lagoa dos Martins, Lagoa dos Moisés, Lagoa das Pombas, Lagoas, Lagoa

dos Soares, Lagoa dos Raimundos, Lagoa do Peixe, Lagoa Ruim, Lagoa do Gato, Lagoa do Calixto, Lagoa do Gado Corredor, Lagoa das Caraíbas (Lindjonson), Lagoa Nova, Lagoa do Boi, Lagoa das Flores, Lagoa da Firmeza, Lagoa do Cansanção, Lagoa da Onça, Lagoa dos Torrões, Lagoa do Preá, Vermelhinho, Baixão dos Otacílios, Camaleão, Baixão do Grajal, Camaleãozinho, Malhada Alta, Queimada Velha, Salão, Xique-Xique, Morro Alto, Poço Dantas, Queimada da Onça, Cacimbões, Campo Formoso, Pastos das Bestas, Boi Morto, Castanheiro, Jatobazeiro, Pedra do Mocó, Morro dos Largos, Serra Bode, Angical, Baixão da Secção, Umburana, Fazenda Nova, Baixão do Angical, Bem Bom, Barreiro da Pedra, Nazáro, Lagoinha dos Marcários, Barreirinho, Fazenda do Meio, Tintino, Retiro, Baixão do Boi, Barreiro dos Porcos, Cachoeira, Queimada Velha, Boa Vista dos Braz, Recreio, Montes Claros, Baixão do Anísio, Baixão do Florêncio, Fazenda Lages, Alecrim, Chapadinha, Umburana I, Boa Vista (Serra do Castanheiro), Boa Esperança, Bom Retiro, Espinheiro, Santa Maria, Jurema, Sítio Claro, Quebeca, Recanto, Queimada Velha, Altamira, Caldeirão do Tanque, Serrinha e Pau D'Arco.

As lagoas naturais servem como fonte de água para as famílias apenas no período de chuva, aproximadamente quatro meses ao ano, e com características inadequadas ao consumo humano direto e de animais. A Lagoa São Victor, até recentemente, era uma exceção porque armazenava água durante todo o período da estiagem, sendo a única com essa característica. Entretanto, desde 2010 aproximadamente essa lagoa também permanece seca por alguns meses do ano.

Os vários riachos que percorrem o quilombo também oferecem água apenas no período das chuvas. Outras fontes de água são o Tanque da Seção, a Barragem do Calango (uma barragem pública de médio porte) e pequenas barragens particulares. Entretanto, em geral a água proveniente desses locais não é adequada ao consumo humano direto. A água potável consumida pelas famílias provém principalmente de cisternas instaladas por programas do Governo Federal e projetos de instituições não governamentais, mas não atendem a todos os quilombolas. Algumas famílias se reúnem para contratar coletivamente caminhões pipa e outras constroem poços artesianos.



Lagoa de São Victor em época de estiagem. Ao fundo, Pedra da Lagoa de São Victor.
Foto: Mariana Frizeiro

Lugares de memória

O sentimento de pertencer a uma mesma coletividade tem como fundamento a história de formação da comunidade – enraizada na escravidão nas fazendas de gado e ligada à ascendência indígena – e é reforçada pelo compartilhamento de referências culturais. **Muitas das referências identitárias do grupo são marcos do passado escravo e estão inscritos no território.**

A Cova da Tia é um importante ponto de referência da religiosidade local e simboliza a luta dos escravos contra a exploração vivida nas fazendas. Os mais antigos contam que ali foi enterrada uma mulher escravizada que, tentando fugir da escravidão, não conseguiu resistir à seca e à fome na caatinga. Outra versão conta que a escravizada foi sepultada no local onde vivia e que morreu depois de se perder no mato, quando procurava lenha. **A Cova da Tia está localizada no alto de um morro de difícil acesso, em uma parte do território que antes fazia parte da Data Conceição. É visitada por pessoas devotas em busca de proteção ou cura e que atribuem à Tia as bênçãos alcançadas.** No local, os fiéis

organizam danças de São Gonçalo e rezas de terço como homenagem e pagamento pelas graças recebidas.

Ela ficou fazendo milagre. O povo faz promessa pra sarar, pra uma boa colheita... Lá fazem São Gonçalo pra pagar as promessas. Daqui quase todo mundo visita lá. Vem gente de São Victor, Umburana, do Caracol, do São Braz... (S., 70 anos, Lagoa da Firmeza)

Outras marcas identitárias impressas no território quilombola são duas cercas de pedra (uma na comunidade Lagoas e outra na Lagoa de São Victor), um caldeirão de pedra (na comunidade Caldeirão do Tanque) e o tanque da comunidade Seção, todos construídos pelos escravos. As cercas foram erguidas pelos escravos sobrepondo grandes pedras e serviam para impedir a entrada de animais nas lagoas. Já o caldeirão foi escavado na pedra.

As cercas de pedra são uma lembrança da existência do cativoiro. O povo do cativoiro que fazia pra cercar as lagoas. (R. M., 83 anos)

Aquele açude da Seção, chamado tanque, foi feito no tempo dos escravos arrastando carro de boi... O que eu vejo dizer... (F. F. S., 91 anos, Angical)

Os cemitérios são lugares sagrados que estabelecem uma relação história entre os moradores e seu território. O cemitério mais antigo de Lagoas pertenceu à antiga Fazenda São Victor. Fica próximo das localidades Boi Morto, Lagoas, Lagoa do Calango, Lagoa Grande, Moisés e Lagoa das Emas. Lá estão enterrados os antepassados dos quilombolas, porém ninguém mais é sepultado no local.



Cova da Tia. Foto: Simone de Oliveira Matos



Cerca de Pedras. Comunidade São Victor [esq.] Tanque da Sessão [dir.] Fotos: Simone Oliveira

Onde está o cemitério mais antigo da família é no São Victor, nas Lagoas, no Boi Morto, que fica do lado das cacimbas. Em São Victor é o cemitério velho. Ali foi enterrada minha vó. Quando me entendi já foi conhecendo aquela sepultura, mas num se sabe de quem era. Ali está enterrado meu avô, minhas duas avós, minha madrinha, tios, tias – todo mundo (...) enterrado ali. (R.P.M., 83 anos, Lagoa das Emas)

A comunidade São Victor – uma das maiores do quilombo – fica no lugar onde antes foi a sede da Fazenda São Victor e ali podem ser observados vestígios da antiga senzala.

Entre as diversas lagoas naturais espalhadas pelo território, a que carrega mais memórias da história de formação do quilombo é a Lagoa de São Victor tanto por sua perenidade como por ficar próxima da sede da antiga Fazenda São Victor.

Religiosidade e tradições culturais

Além do fundamento histórico e as referências guardadas nos marcos da paisagem que atualizam as lembranças do passado, o sentimento de pertencer a uma coletividade também foi construído – e se constrói – a partir do compartilhamento das mesmas condições sociais, modo de vida e expressões culturais.

As festas e os cultos religiosos promovem momentos de sociabilidade entre os quilombolas dos diferentes povoados e reafirmam o sentido de coletividade. O Quilombo de Lagoas agrega adeptos de religiões de matriz africana, católica e evangélica.

Muitos são os santos de devoção. Em momentos festivos de congregamento religioso celebram, entre outros, São Cosme e Damião, Santa Bárbara, Nossa Senhora da Conceição, São Sebastião, Sagrado Coração de Maria, São José, São Victor, Nossa Senhora Aparecida, Nossa Senhora do Perpétuo Socorro e Imaculado Coração de Maria, além dos festejos juninos comemorando Santo Antônio, São João e São Pedro.

Entre as diversas expressões de sua religiosidade destacam-se as Rodas de São Gonçalo, e a Festa de Reis, acompanhada do batuque e do lundu. As novenas, os cultos evangélicos e as Rodas de Terreiro (ritual religioso de matriz africana) são também momentos em que os vínculos comunitários e o sentimento de pertença ao quilombo são reafirmados. As Rodas de Terreiro são realizadas em pelo menos quinze localidades.

Por toda a extensão do território existem benzedeiros e benzedeiiras (também chamados de rezadores e rezadeiras), respeitados por todos e procurados para a cura de diferentes males. O conhecimento tradicional sobre plantas medicinais, os modos de cultivar a terra e criar os animais, os mutirões e as farinhadas são outras referências culturais.

A capoeira foi muito praticada pelos antepassados escravizados, mas foi renunciada por um longo período. Porém, desde os anos 2000 um grupo de capoeiristas oferece aulas em algumas comunidades.



Dança de São Gonçalo e Folia de Reis. Fotos: Movimento Capoeira de Quilombo.

Desde então, crianças, jovens e adultos incorporaram a capoeira em seus cotidianos, resgatando-a como uma referência identitária local.

Quando veio a libertação disse que dançaram três dias com três noites batendo berimbau, saltando e cantando, dizendo verso.

(M.M.P.S., 69 anos, Boi Morto)



O uso da terra

A principal fonte de subsistência em Lagoas é o cultivo da terra com mão de obra familiar, sendo pouco ou nenhum o excedente comercializado. A criação de pequenos animais para o consumo doméstico - especialmente caprinos e ovinos - também compõe o cotidiano da comunidade. As terras disponíveis ao grupo, entretanto, são insuficientes para as atividades de subsistência. Em função dessa falta, muitos homens jovens e adultos saem para realizar trabalhos temporários fora, indo em especial para trabalhar em corte de cana.

Uma parte do território tradicional dos quilombolas está atualmente registrado como propriedade de fazendeiros. Da área que está sob o domínio quilombola, cerca de 50% possuem registro (em geral não foram inventariadas). Os que não possuem terras próprias vivem em duas situações: ou como agregados em fazendas (uma minoria) ou em terras de ausentes, como chamam localmente as terras que não são devolutas nem estão registradas em nome de fazendeiros ou quilombolas.

A herança é a principal forma de transmissão da terra entre as gerações. As comunidades do quilombo mantêm a posse ou propriedade comum dos terrenos de moradia e de roça – o que não significa ausência de limites. As matas, que são usadas para o pastoreio e atividades extrativistas, também são de uso compartilhado. Mas, em geral, esses espaços foram apropriados pelos latifúndios dos fazendeiros.

A terra é quem dá tudo para nós vivermos. Nós vivemos à custa do sumo da terra, do que nós plantamos e colhemos da planta. Posui o feijão, a farinha, o porco, a criação de bode... Tudo da terra, o que nós criamos e seguramos. (R. M., 83 anos)

Ameaças ao território e a mobilização quilombola

O território da comunidade e, portanto, o modo de vida tradicional dos quilombolas de Lagoas está ameaçado por projetos minerários para extração de ferro.

O Piauí, rico em minério de ferro em quase toda sua extensão, é alvo de mineradoras nacionais e internacionais que investiram milhões na intenção de explorar este recurso no estado. No território quilombola de Lagoas já foram realizadas perfurações no solo para avaliar a concentração de minério de ferro, sem qualquer consulta ou informação aos moradores. Os quilombolas estão apreensivos com a possibilidade de novas sondagens, uma vez que mais de 500 processos para análise da potencialidade mineral foram abertos por mineradoras nos municípios do território quilombola e pode ser que o atinja.

Para fortalecer a sua luta em defesa de seus direitos e garantir a ocupação do território tradicional para as próximas gerações, em 2009 os quilombolas organizaram a Associação Territorial do Quilombo Lagoas. No mesmo ano receberam a certidão de autocertificação de comunidade quilombola expedida pela Fundação Cultural Palmares.

Como estratégia para garantir a representação das mais de 100 comunidades na associação, os quilombolas se dividiram em 12

núcleos populacionais, a partir de critérios de localização, laços de parentesco e vizinhança. Para cada um desses núcleos nomearam um representante.

No final de 2010, o INCRA publicou o Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID) da comunidade no Diário Oficial da União, indicando um território com 62.365,85 hectares e 1.498 famílias quilombolas.

Desde 2011, os quilombolas – junto a agricultores familiares do entorno e de municípios vizinhos, além de entidades públicas e da sociedade civil – participam do movimento *Grito do Semiárido*. Sua mobilização é contra a exploração de minério, o desmatamento das matas nativas e outras injustiças ambientais no semiárido do Piauí.

Recentemente, uma empresa carvoeira construiu diversos fornos e desmatou ilegalmente mais de 200 hectares de mata nativa usada pelos quilombolas para atividades extrativistas e pastoreio de animais. Frente a mais essa ameaça, os quilombolas se mobilizaram: acionaram instituições parceiras e conseguiram embargar o empreendimento.

Unidos, os quilombolas de Lagoas permanecem firmes na defesa e na luta pela titulação do seu território!

Esta narrativa foi escrita por Ana Tereza Faria, com base no Relatório Antropológico da Comunidade Quilombola Lagoas, elaborado em 2010 pela Antropóloga Simone de Oliveira Matos com contribuição de Maria Sueli Rodrigues. Foram usadas informações adicionais dos seguintes textos: (1) Relatório Técnico de Caracterização Ocupacional, Fundiário e Agroambiental do Território Quilombola de Lagoas (2009-2010), INCRA/PI e Instituto de Terras/PI. (2) Vicente Alves. 2003. As Bases Históricas da Formação Territorial Piauiense. Geosul (UFSC), Florianópolis, v. 18, n.36, p. 55-76. (3) Mapas de Conflitos Envolvendo Injustiça Ambiental e Saúde no Brasil. Laboratório de Informação em Saúde, Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz). Disponível em: <http://www.conflitoambiental.icict.fiocruz.br/index.php?pag=ficha&cod=569>. Acesso em: 16 de set. 2015.

Uma palavra da comunidade

Lagoas

Começamos com a mobilização entre os moradores lá pelo ano de 2005, quando o pessoal daqui do território foi convidado pra fazer parte da ampliação da coordenação estadual que já existia, a Coordenação Estadual do Movimento Quilombola do Piauí, que naquele momento eram menos de 20 pessoas. Na época, não se pensava que aqui era um território quilombola, éramos apenas conhecidos como os “Negos das Emas”. Nesse mesmo ano, foi feito o mapeamento da comunidade e foi certificado que somos uma comunidade negra, descendentes de pessoas escravizadas. Entre 2006 e 2007, tomamos conhecimento do decreto 4887, que nos dava o direito de reivindicar essas terras como remanescentes. Insisti muito nessa questão na época, era necessário que expandíssemos para o São Victor, pois lá havia sido a sede da fazenda onde os negros eram escravizados, de onde o pessoal das Emas tinha saído. Pensava-se que fosse só a Comunidade Emas e teve um momento que as pessoas achavam que eu estava querendo ir longe demais, mas não desistimos. Em 2007, os antropólogos vieram para fazer o relatório antropológico, e nós fomos para o São Victor onde havia todos os sinais, muitos rastros dos escravizados, cercas de pedras e outras coisas. A nossa história começava ali. Quando os antropólogos vieram fazer o trabalho, eles chamam de relações de parentesco o fato de estarem todos ligados. E os estudos foram mostrando que aqui se formou um grande território com 119 comunidades.

Por onde passamos, nas terras dessas comunidades, todas as pessoas dizem as mesmas histórias: “meus pais foram escravizados no São Victor”, “sou descendente de escravizados do São Victor”, “meu pai bebeu água da Lagoa do São Victor”, tudo da nossa história vem da fazenda do São Victor. Por isso esse território desse tamanho que é. E eu como sempre, me empenhei muito nessa história, porque sou de fato um descendente. O meu pai não foi mas talvez meu avô e bisavô fosse escravo lá dentro da fazenda São Victor. Fiquei com isso no sangue, e me interessei de fato por esse assunto. Eu fui o pivô de toda essa história. Porque, se tivéssemos deixado, tinha ficado somente na Comunidade Emas, sendo que o pessoal das Emas é o mesmo pessoal meu. Só tem uma diferença eles ficaram pra lá, e eu fiquei

pra cá. Mas o pessoal das Emas são meus primos, meus tios, meus sobrinhos, é a mesma família, que compõe todo o território.

Acho importante falar da nossa origem porque metade da juventude que ai está fala: “somos do território”, “somos quilombolas” e não sabe como a história começou. Eu acho que esse é um ponto importante.

Estamos tendo algumas dificuldades com certas empresas que tentaram invadir partes do território, mas temos vencido. Por exemplo, teve uma empresa que arrendou de um cidadão 1.800 hectares de terra para queimar madeira. Fizeram 45 fornos, e nós conseguimos fazer com que eles se retirassem. Nós fomos para o enfrentamento. Fomos pra justiça, fomos para todo lado, e acabamos fazendo com que ela “voasse” dai. Então teve essa questão que a gente bateu muito e conseguiu. Temos dificuldades também com as mineradoras que nos rodeiam, porque aqui é uma região bem visada na questão do minério. Só vemos as empresas fazendo pesquisa em qualquer lugar, não dando solução nenhuma, não querendo saber de ninguém. Por isso queremos que o governo ao menos nos avise quando essas mineradoras chegarem, para ficarmos sabendo do que se trata. As dificuldades existem, e o jeito que a gente tem é não esmorecer, é tentar enfrentar sejam elas de que tamanho forem.

Por conta do tamanho, resolvemos dividir o território em 12 núcleos entre os 06 municípios: São Raimundo, Várzea Branca, Bonfim, Fartura, Dirceu Arcoverde e São Lourenço. Todo mês vamos a cada núcleo desses conversar com as pessoas. Fazemos isso anualmente quando termina o ano, refazemos a planilha para nunca deixarmos o pessoal distante. Enfrentamos muitas dificuldades sim, mas dedico minha vida a causa quilombola. No dia que eu for embora daqui, meu trabalho acaba. Mas eu continuo pensando na criação que vem por ai. Eu tenho certeza que o mundo não vai acabar no dia que eu acabar, vai ficar alguém. E pensando nas dificuldades enfrentadas pelos meus antepassados para chegar até aqui, eu tenho na mente que, fazendo isso, estou retribuindo alguma coisa feita por mim no passado. Assim, deixamos a luta para quem vem pela frente. Às vezes algumas pessoas acham meu trabalho doido, mas tudo que eu faço é reunir e conversar com as pessoas a respeito da luta dos nossos antepassados.

Esta palavra sobre a comunidade de Lagoas foi construída com os relatos do senhor Cláudio Teófilo Marques, presidente da Associação dos Moradores, com a colaboração de Mariana Gonçalves Frizero e Marilene Ribeiro.

Projeto Formulação de uma Linguagem Pública Sobre Comunidades Quilombolas

PARCERIA	INCRA/CGPCT/NEAD; UFMG/OJB, CERBRAS
COORDENAÇÃO GERAL	Lilian C. B. Gomes, Juarez Rocha Guimarães, Maria Consolação Lucinda, Leonardo Avritzer, Rodrigo Ednilson de Jesus
CONCEPÇÃO DE TEXTO, EDIÇÃO FINAL E SUPERVISÃO	Rodrigo Ednilson de Jesus, Fernanda de Oliveira, Carlos Eduardo Marques e Juliana Soares Campos, Lilian C. B. Gomes
CONSULTA ÀS COMUNIDADES	Aline Neves Rodrigues Alves, Marilene Ribeiro
ADMINISTRAÇÃO	Aginaldo P. Ferreira Júnior, Priscila Z. Martins, Thaís Teles Rocha
MAPAS E FOTOGRAFIAS	Alexander Cambraia N. Vaz
PROJETO GRÁFICO	Paulo Schmidt

F224c Faria, Ana Tereza Dutra Pena de
Comunidade quilombola Lagoas / Ana Tereza Dutra Pena de Faria . - Belo Horizonte : FAFICH, 2016.

16 p. (Terras de quilombos)

Baseado no Relatório Técnico de Identificação e Delimitação da Comunidade Quilombola Lagoas (municípios de São Raimundo Nonato, Várzea Branca, São Lourenço, Fartura do Piauí, Dirceu Arcoverde e Bonfim do Piauí, todos no Piauí) elaborado por Simone de Oliveira Matos com contribuição de Maria Sueli Rodrigues.

1. Quilombos. 2. Antropologia. 3. Matos, Simone de Oliveira. Relatório técnico de identificação e delimitação da comunidade quilombola Lagoas (municípios de São Raimundo Nonato, Várzea Branca, São Lourenço, Fartura do Piauí, Dirceu Arcoverde e Bonfim do Piauí, todos no Piauí). 4. Rodrigues, Maria Sueli. Relatório técnico de identificação e delimitação da comunidade quilombola Lagoas (municípios de São Raimundo Nonato, Várzea Branca, São Lourenço, Fartura do Piauí, Dirceu Arcoverde e Bonfim do Piauí, todos no Piauí). I. Título. II. Série.

CDD:306
CDU:39

MICHEL TEMER
Presidente da República

ELISEU PADILHA
Ministro da Casa Civil

JOSÉ RICARDO RAMOS ROSENO
Secretário Especial de Agricultura Familiar
e Desenvolvimento Agrário

JEFFERSON CORITEAC
Secretário Executivo Adjunto

CARLOS EDUARDO OLIVEIRA BOVO
Diretor do Núcleo de Estudos Agrários e
Desenvolvimento Rural - NEAD

WILLY GUSTAVO DE LA PIEDRA MESONES
Coordenador do Núcleo de Estudos
Agrários e Desenvolvimento Rural - NEAD

LEONARDO GÓES SILVA
Presidente do Instituto Nacional de
Colonização e Reforma Agrária - Incra

ROGÉRIO PAPALARDO ARANTES
Diretor de Ordenamento da Estrutura
Fundiária - Incra

ISABELLE ALLINE LOPES PICELLI
Coordenadora Geral de Regularização
de Territórios Quilombolas - Incra

GUILHERME MANSUR DIAS
JULIA MARQUES DALLA COSTA
Coordenação Executiva do Projeto

SERVIÇOS QUILOMBOLAS
Apoio técnico – Superintendências do
Incra nos estados

A Coleção Terras de Quilombos reúne um conjunto de

narrativas a respeito da formação, do modo de vida e das lutas travadas por comunidades quilombolas brasileiras para se manter em seus territórios tradicionais. Em cada livreto, uma comunidade quilombola é apresentada em sua singularidade.

Ao todo, a Coleção oferece um panorama da diversidade de trajetórias vividas por ex-escravizados – incluindo por vezes indígenas e grupos em outras situações sociais – para conquistar a sua independência e se estabelecer na terra autonomamente. O fato de terem sido deixados à própria sorte após a Abolição resultou em uma multiplicidade de caminhos percorridos para conseguirem consolidar os seus territórios. Foram muitos os modos como ocuparam as suas terras e distintas as maneiras como formaram as suas comunidades, enfrentando todo tipo de desafios para se relacionarem livremente com seu entorno.

O conceito de quilombo esteve associado ao período da colônia e do império. Com a Abolição, os quilombos deixaram de ser mencionados, como se o fim de quatro séculos de escravidão significasse a garantia de liberdade. No entanto, os quilombolas continuaram e continuam a lutar para reproduzir seus modos de criar, fazer e viver, resistindo às dificuldades, injustiças e concepções legadas pelo período escravocrata. São essas as histórias narradas nesta Coleção. São histórias do Brasil vistas pelo prisma de quem, com suas tradições, formas de vida, religiosidades e respeito à terra, enriquece o mosaico da sociodiversidade brasileira.

UFMG

CERBRÁS
Centro de Estudos
Rurais e de Políticas
Agrárias e Territoriais

CEC - AL

Quilombolas

INCRA nead

SECRETARIA ESPECIAL DE
AGRICULTURA FAMILIAR E DO
DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO

CASA CIVIL

BRASIL
2003-2010